



11/04/25
Isabel Silva
Liliana Cruz

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Centro Social da Juventude de Belinho

ANO: 2025



Handwritten signatures and names:
Liliana Cruz
Liliana Cruz
Liliana Cruz

ÍNDICE

1 - Identificação da entidade	4
1.1 - Dados de identificação	4
2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	4
2.1 - Referencial contabilístico utilizado	4
2.2 - Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras	5
2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior	5
3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	5
3.1 - Principais políticas contabilísticas	6
3.2 - Alterações nas políticas contabilísticas	8
3.3 - Alterações nas estimativas contabilísticas	9
4 - Ativos fixos tangíveis	9
4.1 - Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis	9
4.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:	9
4.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:	9
5 - Custos de empréstimos obtidos	10
5.1 - Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:	10
5.2 - Outras divulgações	11
5.3 - Composição Financiamentos Obtidos	11
6 - Inventários	12
6.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada	12
6.2 - Quantia escriturada de inventários	12
7 - Rendimentos e gastos	12
7.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços	12
7.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:	13
7.3 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos	13
8 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	14
8.3 - Outras divulgações	14
9 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas	15
9.1 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas	15
9.2 - Principais doadores / fontes de fundos	15
9.3 - Outras divulgações	16
10 - Instrumentos financeiros	16
10.1 - Base de mensuração e políticas contabilísticas adotadas na contabilização de instrumentos financeiros	16
10.2 - Instrumentos financeiros e Outros Créditos a ativos não correntes	16
10.3 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:	16
10.4 - Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço	17
10.5 - Ajustamentos de valor reconhecidos no período em instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor	17
10.5.1 - Perdas por imparidade em ativos financeiros, conforme discriminação no quadro seguinte:	17



ISABELA VIEIRA
Liliana
Liliana Cruz

10.5.2 - Discriminação das dívidas de cobrança duvidosa:	18
10.6 - Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:	18
10.7 - Outras divulgações	18
11 - Benefícios dos empregados	19
11.1 - Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas	19
11.2 - Divulgações relativas a membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão	20
11.3 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade	20
12 - Acontecimentos após a data do balanço	21
12.1 - Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço	21
13 - Divulgações exigidas por diplomas legais	21
13.1 - Informação por atividade económica	21
13.2 - Informação por mercado geográfico	22
13.3 - Outras divulgações exigidas por diplomas legais	22
14 - Outras divulgações	23
14.1 - Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	23
15 - Impostos e contribuições	23
15.1 - Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:	23
15.2 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições	23
16 - Fluxos de caixa	24
16.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:	24



Isabel Silva
MISAQ L.
Sara Sá
Libere Cruz

1 - Identificação da entidade

1.1 - Dados de identificação

Designação da entidade: Centro Social da Juventude de Belinho

Número de identificação de pessoa coletiva: 501617949

Lugar da sede social: 4740-165 Esposende

Endereço eletrónico: direcao.csjb@gmail.com

Página da internet: <http://www.csjbelinho.pt/pt/>

Natureza da atividade: Outras atividades de ação social sem alojamento, n.e.,

O Centro Social da Juventude de Belinho é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação com estatutos aprovados como IPSS.

Tendo como objetivos a valorização social e humana dos associados e da população através de ações e obras sociais. Para a realização dos seus objetivos, a instituição, possui as seguintes respostas sociais:

- Creche;
- Centro de Atividades de Tempos Livres;
- Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF)
- Cantina Escolar 1º Ciclo
- Centro de convívio;
- Serviço de transporte aos Utentes

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 - Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foi utilizada a Norma para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

Direção

Contabilista Certificado N° 71156



Isabel Silva
Alves
Sara da
Libançuzão

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2025 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

O Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em "Resultados Transitados".

2.2 - Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Derrogações das disposições do SNC-ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pela Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2025 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período findo em 31 de dezembro de 2024.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Direção

Contabilista Certificado N.º 71156



*Handwritten signature: Sara Sá
Liliana Cruz*

3.1 - Principais políticas contabilísticas

As principais bases gerais de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada pela Direção.

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais".

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a



Visão A.
Luís Silva
Sara Sá
Liliana Cruz

conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Os ativos intangíveis sem vida útil definida são amortizados num período máximo de 10 anos.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição.

- Imposto sobre o rendimento

A Entidade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC no que se refere à atividade desenvolvida de caráter comercial, industrial, ou agrícola.

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

- Clientes/Utentes e outros valores a receber

As contas de "Clientes/Utentes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Direção

Contabilista Certificado Nº 71156



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
Sara Sa-
Liane Cruz

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto 12 - Rédito da Entidades do Sector Não Lucrativo, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

- Benefícios dos Empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer retribuições adicionais.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

3.2 - Alterações nas políticas contabilísticas



Paula Sá
Liliana Cruz

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

3.3 - Alterações nas estimativas contabilísticas

Não foram efetuadas alterações às estimativas contabilísticas. As estimativas efetuadas são consistentes com as realizadas nos períodos anteriores.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1 - Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível estão valorizados de acordo com o modelo de custo, segundo o qual um item do ativo tangível é escriturado pelo seu custo, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

4.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Instituição deprecia os ativos fixos tangíveis, de acordo com a vida útil estimada pela Direção.

AFT - Bases mensuração e métodos depreciação:

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Edifícios e outras construções	Modelo de Custo	Método de linha reta	40/10	2,5%/10%
Equipamento básico	Modelo de Custo	Método de linha reta	8	12,5%
Equipamento de transporte	Modelo de Custo	Método de linha reta	4	25%
Equipamento administrativo	Modelo de Custo	Método de linha reta	5	20%
Outros ativos fixos tangíveis	Modelo de Custo	Método de linha reta	8	12.5%

4.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Direção

Contabilista Certificado N.º 71156



Isabel

Liliana

*Sara Sa
Liliana Craveiro*

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2025 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período (ESNL):

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	TOTAL
Valor bruto no início	40.000,00	400.892,65	92.475,83	78.062,36	38.120,10	5.607,07	970,08	656.128,09
Depreciações acumuladas	0,00	81.876,83	83.663,65	74.286,24	38.120,10	3.117,53	0,00	281.064,35
Saldo no início do período	40.000,00	319.015,82	8.812,18	3.776,12	0,00	2.489,54	970,08	375.063,74
Variações do período	0,00	134.581,51	9.843,20	27.966,04	460,78	-304,43	-970,08	171.577,02
Total de aumentos	0,00	0,00	12.312,50	35.850,00	526,66	9,08	149.344,59	198.042,83
Aquisições em primeira mão	0,00	0,00	12.312,50	35.850,00	526,66	0,00	149.344,59	198.033,75
Outros aumentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9,08	0,00	9,08
Total diminuições	0,00	15.733,16	2.469,30	7.883,96	65,88	313,51	0,00	26.465,81
Depreciações do período	0,00	15.733,16	2.469,30	7.883,96	65,88	313,51	0,00	26.465,81
Transferências de AFT	0,00	150.314,67	0,00	0,00	0,00	0,00	-150.314,67	0,00
Saldo no fim do período	40.000,00	453.597,33	18.655,38	31.742,16	460,78	2.185,11	0,00	546.640,76
Valor bruto no fim do período	40.000,00	551.207,32	104.788,33	106.962,36	38.646,76	5.612,61	0,00	847.217,38
Depreciações acumuladas no fim do período	0,00	97.609,99	86.132,95	75.220,20	38.185,98	3.427,50	0,00	300.576,62

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período (ESNL) - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	TOTAL
Valor bruto no início	40.000,00	400.892,65	85.350,27	78.062,36	38.120,10	3.798,17	0,00	646.223,55
Depreciações acumuladas	0,00	69.979,07	82.746,21	67.813,20	38.070,65	2.748,46	0,00	261.357,59
Saldo no início do período	40.000,00	330.913,58	2.604,06	10.249,16	49,45	1.049,71	0,00	384.865,96
Variações do período	0,00	-11.897,76	6.208,12	-6.473,04	-49,45	1.439,83	970,08	-9.802,22
Total de aumentos	0,00	0,00	7.334,06	0,00	0,00	1.808,90	970,08	10.113,04
Aquisições em primeira mão	0,00	0,00	7.334,06	0,00	0,00	1.808,90	970,08	10.113,04
Total diminuições	0,00	11.897,76	1.125,94	6.473,04	49,45	369,07	0,00	19.915,26
Depreciações do período	0,00	11.897,76	917,44	6.473,04	49,45	369,07	0,00	19.706,76
Outras diminuições	0,00	0,00	208,50	0,00	0,00	0,00	0,00	208,50
Saldo no fim do período	40.000,00	319.015,82	8.812,18	3.776,12	0,00	2.489,54	970,08	375.063,74
Valor bruto no fim do período	40.000,00	400.892,65	92.475,83	78.062,36	38.120,10	5.607,07	970,08	656.128,09
Depreciações acumuladas no fim do período	0,00	81.876,83	83.663,65	74.286,24	38.120,10	3.117,53	0,00	281.064,35

O ano de 2025 foi ano de execução das Obras de requalificação da Creche ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência PRR - Tipologia de Requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais. Foram efetuadas as obras de requalificação que ascenderam o valor de 150.314,67€ em Edifícios e Construções. Inerente à Requalificação da Creche também foi necessário adquirir mobiliário para o apetrechamento das salas que ascendeu ao montante de 12.312,50€. A Instituição teve de igual forma necessidade de adquirir uma nova viatura para o transporte de crianças e idosos no montante de 35.850€ para substituição de uma viatura que já não reunia as condições necessária e que foi alienada.

5 - Custos de empréstimos obtidos

5.1 - Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são



ANEXO DO ANO DE 2025
(montantes em EURO)

Centro Social da Juventude de Belinho
Sara da
Liliana Cruz

incorridos. Não havendo assim qualquer capitalização deste tipo de encargos.

Financiamentos obtidos - desagregação:

Descrição	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo
Empréstimos genéricos	120.231,77	288.555,90
Instituições de crédito e sociedades financeiras	120.231,77	288.555,90
Total dos Empréstimos	120.231,77	288.555,90

Financiamentos obtidos - desagregação - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo
Empréstimos genéricos	388.000,00	14.400,00	293.270,36
Instituições de crédito e sociedades financeiras	388.000,00	14.400,00	293.270,36
Total dos Empréstimos	388.000,00	14.400,00	293.270,36

O montante de 288.555,90 apresentado na rubrica Passivo Não Corrente - Empréstimos e na rubrica de Passivo Corrente - Empréstimos no montante de 120.231,77 referem-se aos seguintes financiamentos:

1. Empréstimo Caixa de Crédito Agrícola: Contraído em 12/05/2017 no valor de 388.000,00 €, com vencimento em 12/05/2047.
2. Empréstimo PRR: Contraído em 14/01/2025 no valor de 110.031,77 € para financiamento de obras. O prazo inicial de 12 meses foi prorrogado por 6 meses, fixando-se o vencimento em 14/07/2026, devido a atrasos no reembolso do PRR.

5.2 - Outras divulgações

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Juros - discriminação:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Juros e gastos similares suportados	13.519,88	14.734,31
Juros de financiamentos suportados	13.519,88	14.734,31
<i>Outros juros de financiamentos suportados</i>	<i>13.519,88</i>	<i>14.734,31</i>

5.3 - Composição Financiamentos Obtidos

A 31 de dezembro de 2025 a rubrica de empréstimos obtidos apresentava a seguinte composição

Empréstimos obtidos - Empréstimos bancários:

Entidade	Data do contrato	Prazo do contrato	Capital Contratado	Capital Utilizado	Taxa juro Inicial
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Esposende	12-05-2017	30 anos	388.000,00	388.000,00	0%
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Esposende	14-01-2025	18 meses	110.031,77	110.031,77	5%
Total			498.031,77	498.031,77	5%

Direção

Contabilista Certificado N.º 71156



Isabel Silva
MICOP
Sara Sá
Liliana Cruz

Empréstimos obtidos - Empréstimos bancários:

Entidade	Amort. Ano	Juros Ano	Total Pag. Ano
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Esposende	8.914,46	11.540,44	20.454,90
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Esposende	0,00	1.979,44	1.979,44
Total	8.914,46	13.519,88	22.434,34

6 - Inventários

6.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão directamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

6.2 - Quantia escriturada de inventários

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Inventários - movimentos e informações adicionais:

Descrição	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
Compras	50.854,11	50.854,11	47.874,63	47.874,63
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	50.854,11	50.854,11	47.874,63	47.874,63

Nenhum item do inventário está sujeito a penhor esperando que sejam todos consumidos durante o período de 12 meses.

7 - Rendimentos e gastos

7.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

- Prestação de serviços - são reconhecidos na Demonstração dos Resultados à medida que vão sendo prestados os serviços;

Direção

Contabilista Certificado N.º 71156



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

7.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Prestação de serviços - são reconhecidos na Demonstração dos Resultados à medida que vão sendo prestados os serviços.

No ano de 2024 foi alterada a contabilização dos valores recebidos por parte da Segurança Social, deixando de ser classificados como Subsídios e passando a ser classificados como Prestação de Serviços, conforme a FAQ n.º 39 do CNC:

"...Relativamente ao enquadramento das verbas provenientes dos Acordos de Cooperação entre o Estado e entidades do setor não lucrativo, para fazer face a respostas sociais, considera a CNC que:

- a) Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequências dos utentes, e for atribuída como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (acordos típicos), está-se perante uma prestação de serviços (Conta 72), devendo a entidade proceder à apropriada divulgação no Anexo da decomposição da origem do valor correspondente a esta prestação de serviços, informação a ter em conta, designadamente para os efeitos previstos na Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto, que regula a obrigatoriedade de publicitação dos benefícios concedidos pela Administração Pública a particulares, bem como do n.º 2 do artigo 2.º do Código dos Contratos Públicos;
- b) Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social ocorrer independentemente da variação de frequências dos utentes, sendo atribuída tendo em vista suportar os custos de funcionamento (acordos atípicos), está-se perante um subsídio à exploração (Conta 75)."

Rédito - informação por naturezas:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	523.571,09	402.718,08
Total	523.571,09	402.718,08

7.3 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, foi a seguinte:

Direção

Contabilista Certificado N.º 71156



Isabel Silva
CSJB

Sara Sá
Liliana Cruz

Fornecimentos e Serviços Externos - Detalhe:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Serviços especializados	20.617,68	27.822,34
Trabalhos especializados	6.536,34	10.278,19
Publicidade e propaganda	435,52	430,51
Vigilância e segurança	210,53	356,68
Honorários	9.706,00	10.872,32
Conservação e reparação	3.684,29	5.869,64
Outros	45,00	15,00
Materiais	12.315,52	9.630,95
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	4.358,04	2.214,50
Material de escritório	1.242,37	1.015,17
Artigos para oferta	372,64	85,00
Outros	6.342,47	6.316,28
Energia e fluidos	22.761,38	22.886,59
Eletricidade	4.653,02	5.306,39
Combustíveis	7.532,41	11.701,69
Água	1.404,76	2.100,01
Outros	9.171,19	3.778,50
Deslocações, estadas e transportes	73,31	637,98
Deslocações e estadas	73,31	307,98
Transportes de pessoal	0,00	330,00
Serviços diversos	17.994,24	13.216,87
Comunicação	1.634,00	2.137,76
Seguros	3.168,08	3.004,26
Contencioso e notariado	1.851,68	35,00
Despesas de representação	0,00	55,40
Limpeza, higiene e conforto	9.586,72	7.466,73
Outros serviços	1.753,76	517,72
Total	73.762,13	74.194,73

A rubrica de fornecimentos e serviços externos apresenta o valor de 73.762,13, que se mantém muito semelhante ao valor do ano anterior.

8 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

8.3 - Outras divulgações

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data do balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Entidade como:

- Obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou
- Obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não



Isabel Silva
Nuno D. A.
Sara da
Liliana Cruz

pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Entidade não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

9 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

9.1 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

Subsídios - informações detalhadas:

Descrição	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	0,00	4.992,19	110.031,77	368,45
Para ativos fixos tangíveis	0,00	4.992,19	110.031,77	368,45
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	110.031,77	368,45
Equipamento básico	0,00	1.401,81	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	3.590,38	0,00	0,00
Subsídios à exploração	19.757,32	17.751,33	0,00	0,00
Total	19.757,32	22.743,52	110.031,77	368,45

Subsídios - informações detalhadas - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	3.009,31	188,10
Para ativos fixos tangíveis	3.009,31	188,10
Equipamento básico	3.009,31	188,10

9.2 - Principais doadores / fontes de fundos

2025

Doações e Heranças

- Donativos de mecenas particulares e empresas - 2 740,45 €
- Consignação de IRS - 1 454,44€

2024

Doações e Heranças

- Donativos de mecenas particulares e empresas - 4.959,90€
- Consignação de IRS - 568,86€

Direção

Contabilista Certificado N° 71156



Isabel Silva
Maria
Sara da
Glória Cruz

9.3 - Outras divulgações

10 - Instrumentos financeiros

10.1 - Base de mensuração e políticas contabilísticas adotadas na contabilização de instrumentos financeiros

É política da Entidade reconhecer um ativo, um passivo financeiro, ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade mensura ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento, ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo, a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o detentor em perda de valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito). Os contratos para conceder ou contrair empréstimo, em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas.

Os demais instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor, com contrapartida em resultados. Nestes casos, a entidade não inclui os custos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro.

Enquanto a entidade, for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

10.2 - Instrumentos financeiros e Outros Créditos a ativos não correntes

Os Instrumentos financeiros detidos pela entidade respeitavam aos Fundos de Compensação de Trabalho que foram resgatados para a Formação de colaboradores.

Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor:

Identificação

Fundo de Compensação do Trabalho

2025

- Fundos de Compensação = 0€

2024

- Fundos de Compensação = 2.620,02€

10.3 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais,

Direção

Contabilista Certificado N.º 71156



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
Sara Sá
Liliana Cruz

conforme quadro seguinte:

Capital próprio - movimentos do período:

Descrição	Saldo inicial	Créditos	Saldo Final
Capital	1.112,78	0,00	1.112,78
Resultados transitados	28.890,76	2.944,08	31.834,84
Outras variações nos capitais próprios	6.581,82	195.398,80	201.980,62
Subsídios	6.581,82	195.398,80	201.980,62
Total	36.585,36	198.342,88	234.928,24

Capital próprio - movimentos do período - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Saldo inicial	Créditos	Saldo Final
Capital	1.112,78	0,00	1.112,78
Resultados transitados	92.501,80	-63.611,04	28.890,76
Outras variações nos capitais próprios	7.505,86	-924,04	6.581,82
Subsídios	7.505,86	-924,04	6.581,82
Total	101.120,44	-64.535,08	36.585,36

As variações ocorridas no período são relativas à transferência do Resultado Líquido do Período de 2024, que foi positivo em 2 944,08 euros, para a rubrica Resultados Transitados, ao reconhecimento em Rendimentos do período do montante de em 5 360,64 euros relativo à imputação de subsídios já existentes, na proporção das depreciações do período dos respetivos bens. foi de igual forma reconhecido o subsídio atribuído no âmbito do PRR relativamente ao apetrechamento de equipamentos na sequência do aumento da capacidade da Creche no montante de 27 000€, ainda não depreciado dado que os equipamentos só vão ser adquiridos no ano de 2026.

10.4 - Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço

10.5 - Ajustamentos de valor reconhecidos no período em instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor

10.5.1 - Perdas por imparidade em ativos financeiros, conforme discriminação no quadro seguinte:

Imparidade de ativos financeiros:

Descrição	Perdas por Imparidade Período	Valor Líquido Período
Dívidas a receber de clientes	1.639,01	1.639,01
Total	1.639,01	1.639,01

No 2025 verificou-se um aumento das imparidades de dívidas a receber face ao 2024. O valor de imparidades de clientes no ano de 2025 foi de 1.639,01.

Direção

Contabilista Certificado N.º 71156



Isabel Silva
CSJB

Sara da
Liliana Cruz

10.5.2 - Discriminação das dívidas de cobrança duvidosa:

Dívidas de cobrança duvidosa - discriminação:

Descrição	Valor Período
Em mora:	1.639,01
Há mais de seis meses e até doze meses	211,95
Há mais de doze meses e até dezoito meses	184,75
Há mais de vinte e quatro meses	1.242,31
Total	1.639,01

10.6 - Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação (ESNL):

Descrição	Mensurados ao custo
Ativos financeiros:	121.767,00
Clientes e utentes	11.435,78
Fundadores, patrocinadores, doadores, associados e membros	2.455,00
Outros créditos a receber	107.876,22
Passivos financeiros:	74.326,19
Fornecedores	10.247,41
Financiamentos obtidos	408.787,67
Outras dívidas a pagar	64.078,78
Ganhos e perdas líquidos:	-1.589,80
De ativos financeiros	-1.589,80
Rendimentos e gastos de juros:	-13.519,88
De passivos financeiros	-13.519,88

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação (ESNL) - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Mensurados ao custo
Ativos financeiros:	20.962,40
Clientes e utentes	2.974,58
Fundadores, patrocinadores, doadores, associados e membros	2.473,00
Outros créditos a receber	15.514,82
Passivos financeiros:	72.423,06
Fornecedores	8.259,70
Financiamentos obtidos	307.670,36
Outras dívidas a pagar	64.163,36
Ganhos e perdas líquidos:	-3.377,49
De ativos financeiros	-3.386,49
De passivos financeiros	9,00
Rendimentos e gastos de juros:	-14.734,31
De passivos financeiros	-14.734,31

10.7 - Outras divulgações

Direção

Contabilista Certificado N.º 71156



ANEXO DO ANO DE 2025
(montantes em EURO)

*Isabel Maria
Liliana Cruz*
Centro Social da Juventude de Belinho
*Sara Sá
Liliana Cruz*

Acréscimos e diferimentos (com comparativo):

Nome / Descrição	Valor Período	Valor Período Anterior
Gastos a Reconhecer	0,00	0,00
Seguros	2.049,85	1.626,01
Total de Gastos a Reconhecer	2.049,85	1.626,01
Rendimentos a Reconhecer	0,00	0,00
Projetos IEFP	3.557,60	8.609,49
Adiantamento Protocolo Segurança Social	0,00	0,00
Subsídio Atribuído Município Esposende	8.333,34	16.666,67
Total de Rendimentos a Reconhecer	11.890,94	22.780,48

Ano de 2025

Na rubrica Gastos a Reconhecer estão contempladas as seguintes rubricas:

- Seguros pagos no ano de 2025 relativos a 2026

Na rubrica Rendimentos a Reconhecer estão contempladas as seguintes rubricas:

- Projeto do IEFP relativos às medidas de apoio à contratação
- Projeto atribuído pelo Município de Esposende (2024/2026)

11 - Benefícios dos empregados

11.1 - Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31 de dezembro de 2025 foi de 21 e em 31 de dezembro de 2024 foi de 20.

Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas:

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa	21,00	20,00
Pessoas remuneradas	21,00	20,00
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	21,00	20,00
Pessoas a tempo completo	20,00	19,00
Pessoas em tempo parcial	1,00	1,00
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	21,00	20,00
Masculino	1,00	1,00
Feminino	20,00	19,00

O número de membros dos órgãos diretivos do Centro Social da Juventude de Belinho é de 5 membros para o quadriénio 2023-2027.

Os órgãos sociais do Centro Social da Juventude de Belinho não são remunerados.

Direção

Contabilista Certificado N.º 71156



Isabel Silva
N.º 2025
Sara Sá
Liliana Cruzeiro

11.2 - Divulgações relativas a membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão

Os órgãos sociais do Centro Social da Juventude de Belinho são constituídos da seguinte forma para 2023/2027. Ressalva-se que, em Dezembro de 2025 ocorreu uma alteração na estrutura devido à demissão apresentada pelo Vice-Presidente, Manuel Filipe Marques Moreira. Desta forma, os órgãos sociais passam a ser constituídos pelos seguintes elementos:

Direção:

- Presidente: Lisa Torres Enes
- Vice Presidente: Sara Patrícia Alves de Sá
- Tesoureiro: Isabel Maria Gomes de Araújo Silva
- Secretária: Andreia Alexandra Gomes da Costa
- Vogal: Liliana Cruzeiro

Conselho Fiscal:

- Presidente: Letícia da Rocha Moreira
- Vogal: Mayline Bedulho Viana
- Vogal: Bruna Roças Marques Cepa

Assembleia Geral:

- Presidente: Sandrina Daniela Oliveira Martins de Abreu
- 1º Secretário: André da Rocha Moreira
- 2º Secretário: Cláudia Filipa Almeida Capitão

11.3 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Os órgãos sociais não são remunerados

Pessoal - benefícios:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	387.325,65	353.565,37
Remunerações do pessoal	314.001,03	280.190,95
Indemnizações	0,00	6.676,04
Encargos sobre as remunerações	66.325,50	59.512,03
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	5.874,58	4.341,82
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	1.124,54	2.844,53
- Formação	130,00	630,00
- fardamento	88,77	0,00

A Entidade não assume quaisquer responsabilidades por benefícios de subsídios de desemprego ou de reforma.

Direção

Contabilista Certificado do N.º 71156



João Silva
Maria A.
Sara da
Liliana Cruz

12 - Acontecimentos após a data do balanço

12.1 - Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço

A Direção continuará a tomar as medidas que se mostrarem adequadas às circunstâncias, em consonância com a situação nacional e mundial, expectando que a atividade da instituição não seja significativamente afetada, dependendo igualmente de apoios por parte do Governo para que não se reflita no Centro Social da Juventude de Belinho.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

13 - Divulgações exigidas por diplomas legais

13.1 - Informação por atividade económica

Demonstração de Resultados (por naturezas) para o período de	2025	Valências				Euros
		CRECHE	CATL	AAAF	Centro Dia	
Demonstração de Resultados					Contas 2025 (Anual)	
Subsídios, doações e legados à exploração	+	24 652,98	7 014,82	4 209,08	5 426,66	41 303,54
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	(23 901,43)	(12 713,53)	(7 628,11)	(6 611,04)	(50 854,11)
Fornecimentos e serviços externos	-	(34 668,04)	(18 442,00)	(11 064,87)	(9 587,22)	(73 762,13)
Gastos com pessoal	-	(184 449,27)	(84 734,11)	(53 209,46)	(64 932,81)	(387 325,65)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	(513,90)	(824,78)	(160,85)	(139,40)	(1 639,01)
Outros rendimentos e ganhos	+	2 647,81	1 405,75	843,45	731,01	5 628,02
<i>Outros rendimentos</i>						
Outros gastos e perdas	-	(1 080,34)	(574,73)	(344,92)	(298,86)	(2 298,85)
<i>Outros gastos</i>						
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=	74 490,39	(31 235,83)	20 849,91	(9 481,57)	54 622,90
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	(12 439,05)	(6 616,83)	(3 969,94)	(3 439,99)	(26 465,81)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=	62 051,34	(37 852,66)	16 879,97	(12 921,56)	28 157,09
Juros e rendimentos similares obtidos	+					
Juros e gastos similares suportados	-	(5 354,33)	(3 380,03)	(2 027,98)	(1 757,54)	(13 519,88)
Resultado antes de impostos	=	55 697,01	(41 232,69)	14 851,99	(14 679,10)	14 637,21
Imposto sobre rendimento do período	-/+					
Resultado líquido do período	=	55 697,01	(41 232,69)	14 851,99	(14 679,10)	14 637,21



ANEXO DO ANO DE 2025
(montantes em EURO)

Centro Social da Juventude de Belinho

Isabel Silva
CSJB

Sara Sara
Luísa Cruz

Informação por CAE:

Descrição	Atividade CAE 1	Total
CAE	88990	
Prestações de serviços	523.571,09	523.571,09
Compras	50.854,11	50.854,11
Fornecimentos e serviços externos	73.762,13	73.762,13
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	50.854,11	50.854,11
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	50.854,11	50.854,11
Número médio de pessoas ao serviço	21,00	21,00
Gastos com o pessoal	387.325,65	387.325,65
Remunerações	314.001,03	314.001,03
Outros gastos	73.324,62	73.324,62
Valor líquido final	546.640,76	546.640,76
Total das aquisições	198.033,75	198.033,75
Adições no período de ativos em curso	149.344,59	149.344,59

Informação por CAE - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Atividade CAE 1	Total
CAE	88990	
Prestações de serviços	402.718,08	402.718,08
Compras	47.874,63	47.874,63
Fornecimentos e serviços externos	74.194,73	74.194,73
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	47.874,63	47.874,63
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	47.874,63	47.874,63
Gastos com o pessoal	353.565,37	353.565,37
Remunerações	280.190,95	280.190,95
Outros gastos	73.374,42	73.374,42
Valor líquido final	375.063,74	375.063,74
Total das aquisições	10.113,04	10.113,04
Adições no período de ativos em curso	970,08	970,08

13.2 - Informação por mercado geográfico

Informação por mercado:

Descrição	Mercado Interno	Total
Prestações de serviços	523.571,09	523.571,09
Compras	50.854,11	50.854,11
Fornecimentos e serviços externos	73.762,13	73.762,13
Aquisições de ativos fixos tangíveis	198.033,75	198.033,75

Informação por mercado - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Mercado Interno	Total
Prestações de serviços	402.718,08	402.718,08
Compras	47.874,63	47.874,63
Fornecimentos e serviços externos	74.194,73	74.194,73
Aquisições de ativos fixos tangíveis	10.113,04	10.113,04
Rendimentos suplementares:	15,21	15,21
Outros rendimentos suplementares	15,21	15,21

13.3 - Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

Direção

Contabilista Certificado N.º 71156



Isabel Silva
Sara da
Luca Cruz

- Dívidas à Segurança Social em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legais nos prazos legalmente estipulados

14 - Outras divulgações

14.1 - Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

A instituição possuía à data do balanço as seguintes garantias prestadas ao Banco Caixa de Crédito Agrícola, no âmbito do financiamento contraído

- Hipoteca sobre o imóvel: 315 982,13 euros

15 - Impostos e contribuições

15.1 - Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

A reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto dos períodos de 2025 e 2024 é a seguinte:

Impostos - componentes:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	14.637,21	2.944,08

15.2 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Estado e Outros Entes Públicos:

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	1.739,00	0,00	1.161,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	24.422,69	0,00	1.185,08	8.072,09
Contribuições para a Segurança Social	0,00	9.004,15	0,00	8.909,84
Total	24.422,69	10.743,15	1.185,08	18.142,93

À data do balanço não existem quaisquer dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

Direção

Contabilista Certificado N° 71156



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

16 - Fluxos de caixa

16.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica "Caixa e seus equivalentes" inclui os valores em numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Caixa e equivalentes - desagregação:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	485,77	16.382,93	15.465,80	1.402,90
Depósitos à ordem	58.603,25	1.208.970,55	1.208.543,60	59.030,20
Total	59.089,02	1.225.353,48	1.224.009,40	60.433,10

Caixa e equivalentes - desagregação - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	1.035,78	14.599,71	15.149,72	485,77
Depósitos à ordem	44.836,17	946.774,53	933.007,45	58.603,25
Total	45.871,95	961.374,24	948.157,17	59.089,02